

PROJETO DE LEI Nº , DE 2007

(Do Sr. Lúcio Vale)

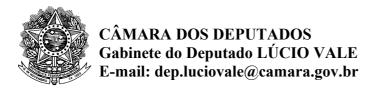
Altera a legislação tributária para modificar a cobrança da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre operações com biodiesel.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

- "Art. 5º As contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social Cofins:
- I devidas pelas distribuidoras de álcool para fins carburantes serão calculadas, respectivamente, com base nas seguintes alíquotas:
- a) um inteiro e quarenta e seis centésimos por cento e seis inteiros e setenta e quatro centésimos por cento, incidentes sobre a





receita bruta decorrente da venda de álcool para fins carburantes, exceto quando adicionado à gasolina;

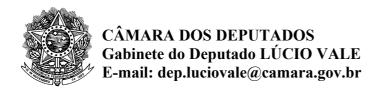
- b) sessenta e cinco centésimos por cento e três por cento incidentes sobre a receita bruta decorrente das demais atividades;
- II devidas pelas distribuidoras de biodiesel serão calculadas, respectivamente, com base nas alíquotas de sessenta e cinco centésimos por cento e três por cento incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda do produto.

(NR)
	1 11/	- ,

- **Art. 2º** A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 5º-A:
 - "Art. 5°-A A Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e a Cofins-Importação, instituídas pelo art. 1° da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, incidirão às alíquotas previstas no inciso II do art. 5° desta Lei. (NR)"
- **Art. 3º** O art. 42 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

	"Art.	42	••••••		•••••	••••	
varej	IV – jistas;	biodiesel,	auferida	por	distribuidores	 e	comerciantes
							(NR)"





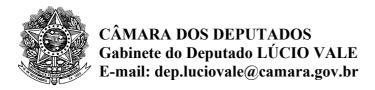
Art. 4º O parágrafo único do art. 8º e o art. 10 da Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, passam a vigorar com as seguintes redações:

	Art. 8°
aplica	Parágrafo único. O crédito será calculado mediante a ño, sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º da Lei nº de 30 de abril de 2004, dos percentuais de:
para a décim	- 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) Contribuição para o PIS/Pasep e de 7,6% (sete inteiros e seis s por cento) para a Cofins, no caso de importação de biodiesel cutilizado como insumo; ou
Contri	1 – 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) para a uição para o PIS/Pasep e de 3,0% (três inteiros por cento) para as, no caso de importação de biodiesel destinado à revenda.
	Art. 10. Será aplicada multa correspondente ao valor comercial cadoria na hipótese de pessoa jurídica que:
da me	

Art. 5º Revogam-se os arts. 3°, 4°, 5°, 7° e 9° da Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa harmonizar a tributação sobre o biodiesel com a do álcool carburante, misturados, respectivamente, ao diesel e à gasolina.

A Lei nº 11.097, de 2005, determina que o percentual mínimo obrigatório, em volume, de adição do biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em todo o território nacional, será de 5% (cinco por cento) em 2013. A lei prevê ainda que deverá ser alcançado o percentual mínimo obrigatório de 2% (dois por cento) ao fim de 2008.

Por meio do Decreto nº 5.448, de 20 de maio de 2005, de imediato, foi autorizada a adição voluntária dos futuramente obrigatórios 2% (dois por cento) de biodiesel ao óleo diesel de origem mineral comercializado em todo o território nacional. Percentuais de mistura ainda maiores também foram autorizados, desde que o combustível se destine a testes ou a uso em: frotas veiculares cativas ou específicas, transporte aquaviário ou ferroviário, geração de energia elétrica ou processo industrial específico. O Decreto também autoriza à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) prever, em instrumento regulatório próprio, outras destinações para as quais a mistura do biodiesel poderá exceder os 2% (dois por cento), em volume.

A garantia desses percentuais mínimos de mistura do biodiesel não poderá ser alcançada sem a produção em escala industrial das matérias-



primas desse combustível renovável, que é sobremaneira dificultada pela forma como atualmente ocorre a tributação do PIS e da Cofins. Nossa intenção é favorecer a produção do biodiesel pela simplificação da cobrança dessas exações, tendo por parâmetro o álcool carburante misturado à gasolina.

Ante o exposto, certo do alcance social da proposição que ora apresento a esta Casa Legislativa, peço o apoio dos ilustres Deputados para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Deputado Lúcio Vale